

CONTRIBUIÇÕES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À 17ª RODADA DE LICITAÇÕES DE BLOCOS PARA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DA ANP.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021.

Luciano A. Henning
Doutor em Geografia
Representante do Observatório do Petróleo e Gás

Segundo consta nas Diretrizes Ambientais do 17º Leilão de Blocos Exploratórios da ANP destacamos quatro pontos que achamos relevantes:

1. A questão das **Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares (AAAS)**, que tem o objetivo de dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental, seguindo as melhores práticas internacionais (Resolução 17/2017). Mais uma vez não foram concluídas, fazendo com que o 17º Leilão não siga as melhores práticas internacionais.
2. A extinção do **GTPEG - Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás**, ao lado da não realização das Avaliações Ambientais de Áreas Sedimentares (AAAS) e qualquer avaliação prévia mais aprofundada.
3. A alternativa às AAAS foi sustentada por **Manifestação Conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente** com o objetivo de excluir áreas por restrições ambientais em função da sobreposição com locais onde não é possível ou recomendável a prática de exploração de petróleo e gás. Esta Manifestação Conjunta não leva em consideração a nota técnica do ICMBio que destaca em sua conclusão o **alto risco** de inclusão dos blocos na **Bacia Potiguar**:

(...) **toma-se temerária a inclusão dos blocos exploratórios da Bacia Potiguar devido a sua proximidade à Reserva Biológica do Atol das Rocas e ao Parque Nacional Fernando de Noronha**. Tanto as atividades exploratórias quanto um evento acidental **podem trazer danos irreparáveis** a diversidade biológica desses ecossistemas (grifo nosso) ([Nota Técnica nº 212020/COE5P/CGCON/DIBIO/ICMBio, 2020:12](#)).

Esta Nota Técnica foi encaminhada para a presidência do IBAMA indicando que – caso sejam mesmo objeto de leilão - todas estas avaliações deverão ser feitas no momento do licenciamento. Ao contrário disso, por não ser recomendável a exploração nesta área, ela deveria ser retirada do Leilão.

4. A Manifestação Conjunta não leva em consideração a nota técnica do Ibama com referencia a bacia de Pelotas, que afirma não existir nenhum estudo para esses blocos e que de modo geral a bacia:

(...) é marcada por uma alta produtividade biológica e complexidade oceanográfica, o que faz com que essa região seja uma área essencial para reprodução e alimentação de diversas espécies de peixes (...). A região também é considerada como corredor migratório e área de alimentação de tartarugas marinhas. e destaca-se pela presença de aves marinhas como albatrozes e petréis e de cetáceos como a toninha (*Pontoporia blainvillei*, espécie Criticamente em Perigo) ([Técnico nº 2/2019-CGMAC/DILIC: do IBAMA](#), 2019:02).

Também os estudos apontam que na bacia:

Foram identificadas várias áreas de ocorrência de corais profundos no talude e plataforma continental, bem como uma área de ocorrência de macroalgas. É uma região que conta com unidades de conservação costeiras e áreas de interesse da pesca industrial ([Técnico nº 2/2019-CGMAC/DILIC: do IBAMA](#), 2019:02).

E sugere que para os blocos do setor SP-AR1 e os blocos no setor SP-AP1 seria mais adequada uma avaliação prévia de caráter estratégico como as AAAS.

Já a Manifestação Conjunta MME/MMA, em relação à bacia do Pelotas desconsidera a nota técnica do Ibama, ao dizer que:

a ausência da AAAS não compromete os aspectos de proteção ambiental e segurança operacional, já que há instrumentos que obrigam as empresas a implementar medidas preventivas e de mitigação de impactos ambientais, associados a um robusto arcabouço regulatório de segurança das operações, fiscalizado regularmente pelos entes reguladores ([Manifestação Conjunta MME/MMA](#), 2020:3).

Nosso posicionamento:

Com referência a este Leilão, observa-se que o governo tenta vender parte da nossa "Amazônia Azul": somos solidários aos técnicos que ficaram reféns das medidas como o Decreto 9.759, que propiciou a extinção do GTPEG, dificultando o acesso às informações e facilitando a venda dessas áreas. Este Leilão claramente não segue as "melhores normas internacionais", ocasionando uma insegurança jurídica para as empresas que eventualmente vierem a comprar estes blocos. O que se observa é que a posição dos técnicos do ICMBio referente ao **alto risco de inclusão da Bacia Potiguar** e o parecer da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros do IBAMA foi totalmente desconsiderada e que **a substituição da AAAS por um parecer conjunto do MME e do MMA, com referência a Bacia de Pelotas**, após a Resolução Nº 3/2020, deixa a ANP inteiramente à vontade para executar as políticas de venda às empresas privadas, dos recursos naturais, que precisariam permanecer sob o controle da sociedade brasileira, e que deveria poder julgar livremente sobre o interesse da sua utilização imediata ou da sua preservação, para proteção ambiental e/ou eventual uso para as futuras gerações.